

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

A matéria publicada é de propriedade da Revista, podendo ser reproduzida total ou parcialmente com indicação da fonte.

Copyright: Os autores serão responsáveis por obter o copyright do material utilizado. Fonte: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/about/submissions#copyrightNotice>. Acesso em: 8/12/2014.

REFERÊNCIA

NEGRI, C. Transformações econômicas e democracia liberal: a Via Chilena ao Socialismo e o conflito da propriedade privada. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 4, p. 15-44, 2010. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/3945/3341>. Acesso em: 8 des. 2014.

Transformações econômicas e democracia liberal: a Via Chilena ao Socialismo e o conflito da propriedade privada

Camilo Negri*

Universidade de Brasília

Resumo

Um dos pressupostos ideais da democracia liberal é o pluralismo ideológico e abertura à contestação. No que tange à dimensão econômica, contudo, esses pressupostos não são necessariamente válidos. O exemplo da via chilena ao socialismo demonstra que, mesmo em democracias estáveis, as regras não comportam propostas de modificações no sistema de propriedade privada. No longo da história do pensamento democrático, participação e inserção de demandas econômicas radicais são questões problemáticas. As dificuldades reais a que estão submetidas as ideologias anti-capitalistas em um sistema democrático são exemplificadas por meio de entrevistas com ex-ministros de governo de Allende.

Palavras-chave: *democracia liberal, esquerda, Salvador Allende, socialismo, capitalismo.*

Apresentação

Em termos ideais, a democracia liberal é um sistema político adequado às sociedades cultural e socialmente diversificadas e economicamente desiguais. Segundo Bobbio (1994, p.16), “o melhor modo para organizar uma sociedade desse tipo é fazer com que o sistema político permita aos vários grupos ou camadas sociais que se expressem politicamente, participem, direta ou indiretamente, na formação da vontade coletiva”. A democracia representa, conforme o autor italiano, o “sistema político caracterizado pela legitimação do dissenso e, portanto, pela transferência do dissenso, se assim podemos dizer, de fora para dentro do sistema” (BOBBIO, 1994, p.55). Assim, a democracia pode ser considerada, seguindo essa premissa, como um sistema aberto ao dissenso e que deve garantir possibilidades institucionais para o seu exercício.

Em termos práticos, portanto, a democracia em uma sociedade múltipla de interesses e culturas consistiria em um conjunto de regras que possibilitam a participação da oposição institucionalizada, para o exercício da diversidade sócio-cultural e do pluralismo político-ideológico. Na visão de Dahl, trata-se de um regime de contestação pública e inclusividade (DAHL, 2005). A inclusividade da democracia garantiria, em condições ideais, que as demandas de contestação fossem

* Professor do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (CEPPAC/UnB). E-mail: Camilo@unb.br

consideradas, mesmo aquelas referentes à dimensão econômica.

A insurgência das massas no cenário democrático latino-americano, contudo, foi um teste para a abertura das democracias da região ao pluralismo ideológico e à diversidade socioeconômica. Os desdobramentos dessa inserção, que tem seu ponto histórico inicial em meados do século XX, configuraram dois arranjos de poder distintos, típicos da política latino-americana: o populismo e as ditaduras. O primeiro, caracterizado pelo papel do líder populista, cuja identificação com a massa a mantinha contida, sob uma relação de participação dominada pelo personalismo que impedia a consecução plena de suas necessidades (WEFFORT, 1978; GERMANI, 1977; IANNI, 1977)¹. O segundo, caracterizado pelo rompimento com a democracia e supressão dos direitos políticos, impedia definitivamente a participação política e suprimia toda contestação política. Ambos justificaram-se como projetos políticos novos em reação a outros projetos políticos; o primeiro, contra as antigas elites políticas, de longa duração no poder, representava as novas elites econômicas e o arranjo com as necessidades de transformação da nova classe carente – o trabalhador urbano; o segundo, em grande medida, se opôs aos novos arranjos progressistas que ampliavam direitos das novas classes carentes, insinuando possibilidade de aprofundar perspectivas ideológicas mais radicais que questionassem os princípios econômicos capitalistas, fundamentais à manutenção das elites econômicas no poder.

¹ É importante salientar que na América Latina o populismo caracterizou-se pelo autoritarismo, diminuição dos direitos políticos e pela oposição às versões mais radicais das demandas populares, especialmente o comunismo, repetidamente tornado ilegal.

O presente artigo problematiza a relação entre o pluralismo democrático e a inserção de demandas econômicas radicais na América Latina, analisando especificamente as dificuldades enfrentadas pela Via Chilena ao Socialismo em contrapor-se às elites políticas e aos fundamentos do capitalismo. A ideologia de governo defendida por Salvador Allende é exemplar para o debate proposto, pois seu governo dependia do apoio das massas para realizar mudanças profundas na esfera econômica. Pode-se considerar que as demandas por redistribuição econômica são questões tensas na democracia, especialmente na latino-americana – em que os índices de desigualdade são altos e as elites econômicas são politicamente poderosas. Desta forma, o centro do texto é a relação entre a diversidade ideológica e a abertura da democracia, considerando especificamente propostas de cunho mais radical, como a de Allende.

Para problematizar os limites e dificuldades da implementação das propostas socialistas na democracia que, como é sabido, não se consolidaram devido ao golpe de estado deflagrado pelas forças militares, no 11 de Setembro de 1973, é analisado, primeiramente, como a questão da participação e do modelo econômico estão presentes no pensamento democrático. Após, são apresentados depoimentos² de

² No presente artigo são utilizadas entrevistas semi-estruturadas, realizadas em 2009, com os seguintes ex-ministros de Salvador Allende: Aníbal Palma (Educação); Arturo Jirón (Saúde); Hernán Del Canto Riquelme (Vice-presidente CUT, Ministro do Interior); Jacques Chonchol (Reforma Agrária); Juan Carlos Concha (Saúde); Mireya Baltra (Trabalho); Sergio Bitar (Minérios). Além destes, também foi entrevistado Andrés Aylwin, Deputado da Democracia Cristã que, apesar de integrar um partido que se opôs ao Governo Allende, fez parte do “Grupo de los 13” que não admitiu o golpe e possui longa trajetória de luta contra as violações praticadas no período Pinochet.

ex-ministros do governo de Salvador Allende. Os entrevistados se referem a três principais ações político-econômicas iniciadas pelo governo de Allende que causaram dificuldades para o exercício do poder. Ex-ministros, opositores e especialistas entrevistados, assim como a literatura de modo geral, apontam a reforma agrária, a nacionalização dos minérios e a estatização de empresas e bancos como as principais realizações do governo, assim como, os temas que mais mobilizaram a oposição.

Conclui-se que a democracia liberal não é um sistema pluralista no que tange à dimensão econômica, uma vez que suas regras não comportam propostas de modificações no sistema de propriedade privada. Ao se analisar o desenvolvimento do pensamento democrático, percebe-se que a participação e inserção de demandas econômicas radicais é considerado um problema de difícil solução. Considerando o exemplo chileno, por sua vez, entende-se as dificuldades reais a que estão submetidas as ideologias anti-capitalistas em um sistema democrático.

1. A questão da propriedade privada e a defesa da Democracia

A democracia possui uma longa existência. Arelada aos desejos populares e aos interesses das elites, contudo, a definição de suas características, limites, dinâmica e valores é um exercício fadado à incompletude. Segundo Sartori (1994), as inúmeras ocorrências da democracia durante a história ocidental influenciam o resultado atual. Conforme o autor, “os seus significados essenciais foram estabelecidos em grande parte pelo sucesso e pelo fracasso e (...) incorporam o aprendizado histórico” (SARTORI, 1994, p.14). Para o

autor, há uma linha condutora que percorre a história da democracia – desde a sua origem – e atua incorporando experiências e novas concepções, por meio dos fracassos e sucessos da democracia. Além disso, a teoria consiste “de uma corrente principal de discurso que remonta até Platão e Aristóteles” (SARTORI, 1994, p.18).

Ao contrário do que sugere Sartori, porém, esse resultado não pode ser defendido integralmente como melhor ou mais eficiente modelo político. O autor apresenta o argumento de que a democracia – exatamente por sua constância histórica – é um projeto em constituição, fruto de determinada aspiração humana que perpassa os tempos e que representa, portanto, o modelo político ideal. Porém, esse argumento não conjuga outra asserção, também apresentada por Sartori, a de que não sabemos exatamente o que a democracia é, e, portanto, muita coisa diversa recebe essa alcunha. Conforme o autor, “a democracia se transformou numa palavra universalmente honorífica” (SARTORI, 1994, p.18). O resultado disso é a ampla e desregrada utilização do termo para classificar as mais distintas coisas.

A linha de pensamento que liga a origem da democracia com a sua legitimação contemporânea e com os conceitos e práticas atuais, portanto, foi interrompida por longos anos, sendo que “não é novidade absolutamente alguma observar que no principal do pensamento político tradicional do Ocidente, de Platão e Aristóteles até os séculos XVIII e XIX, a democracia, caso se pense nela alguma vez, era definida como norma para os pobres, ignorantes e incompetentes” (MACPHERSON, 1978, p.16-17). Assim, a democracia adquiriu as mais diversas e contraditórias acepções, o que não permite definir conexões entre as suas ocorrências

durante a história.

Seja em uma perspectiva diacrônica, seja em uma perspectiva sincrônica (através da gama de arranjos institucionais característicos das democracias contemporâneas) a democracia é um mecanismo diverso. Conforme Hirst (1992, p.31), “não existe ‘democracia’ no singular, o que existe é uma variedade de doutrinas da democracia e uma variedade de mecanismos políticos e processos de decisão ditos democráticos”. A democracia possui conexão com o a época e contexto em que é exercida, muito mais do que uma linha histórica homogênea.

A noção estruturante da democracia grega, por exemplo, difere em sua essência da noção liberal, que funda a democracia moderna e atual. Na sociedade grega o indivíduo era resultado integral do coletivo e estava voltado, primeiramente, aos interesses da sociedade e não aos seus próprios. Isso foi possível porque, “in the greek vision of democracy, the citizen is a whole person for whom politics is a natural social activity not sharply separated from the rest of life, and for whom the government and the state – or rather, the polis – are not remote and alien entities distant from oneself” (DAHL, 1989b, p.18).

Se por um lado essa realidade grega é, como descreve Dahl (1989b), um tanto encantadora e charmosa, por outro, ela somente se fez possível pelo seu pequeno tamanho (que acabou por caracterizá-la, por muito tempo, como um sistema restrito a pequenas comunidades) que tornava viável o encontro dos cidadãos na *ágora*. O tamanho modesto da democracia grega é outro fator que leva a certas características distintivas do sistema e garante seu relativo sucesso. Altamente excludente, a democracia grega era homogênea (restrita aos cidadãos), o que evitava desarmonia e

conflitos das posições muito diversificadas. O conhecimento sobre a sociedade e o governo gregos era compartilhado de forma mais equânime. Essas diferenças afetam, por suposto, a noção de igualdade, a relação indivíduo/sociedade e o papel e a centralidade da política na vida social.

Pode-se dizer que o mais importante aspecto em comum entre as democracias liberais, resultantes das revoluções burguesas, e a democracia grega não eram as formas institucionais adotadas para a escolha dos representantes e sim a exclusão da participação de grandes camadas da sociedade. Dentre as camadas excluídas estavam as mulheres, os escravos, os menores de idade e os negros. Atualmente, nem esse elemento é semelhante ao modelo grego, dado que o sufrágio foi tornado universal em praticamente todas as sociedades democráticas. Apenas os menores de idade (embora, a maioria legal tenha sido reduzida em muitos países nas últimas décadas) e os indivíduos considerados incapazes de expressar suas vontades são impedidos de votar (DAHL, 1998).

1.1. Rousseau e a defesa da democracia idealizada

Macpherson (1978) salienta a existência de uma ruptura fundamental no pensamento sobre a democracia, definida pelo surgimento das bases liberais que irão moldar o seu exercício atual. Se até o surgimento do pensamento liberal a democracia era concebida, de forma ideal, para sociedades sem classe social ou de apenas uma classe social, como no caso da Grécia Antiga. É com surgimento do pensamento liberal que a teoria democrática foi remetida a uma sociedade marcada pela

existência de duas classes³. Para Macpherson, “o divisor de águas entre a democracia utópica e a democracia liberal aparece em inícios do século XIX” (1978, p.17). A importância central da noção de classe social no arranjo da democracia, conforme o autor, deve-se ao fato de que esse “era importante critério de diferentes formas de governo, e mesmo um importante determinante de que formas de governo podiam vir a existir e operar” (MACPHERSON, 1978, p.18).

Mesmo que não se utilize a categoria classe como critério para demarcar o novo rumo tomado pela teoria e prática democráticas, assim como o faz Macpherson (1978), é possível perceber um conjunto de mudanças que vão caracterizar um novo momento da democracia. O principal representante desse novo caminho traçado pelo pensamento democrático é Jean-Jacques Rousseau que, ainda no século XVIII, define a base para o posterior desenvolvimento da teoria democrática liberal e será o principal elaborador do conjunto de valores éticos que servirá de fundamento para a legitimação da democracia como melhor modelo político a ser almejado.

Apesar de exercer grande influência no espírito democrático que florescerá algum tempo depois e alimentar defesas

³ Macpherson entende classe social “em termos de propriedade: tomamos classe como consistindo daqueles que se situam nas mesmas relações de propriedade ou não propriedade de terra produtiva e capital ou uma e outra coisa separadamente” (1978, p.18). Disso decorre a sua leitura sobre a existência de uma teoria democrática imaginada para sociedades sem classe, tal qual a realizada por Tomas More, em Utopia; outra pensada para sociedades com uma classe, tal qual a democracia pensada por Rousseau e Jefferson, onde existe a posse individual universalizada (ou como na Grécia, onde apenas os proprietários eram cidadãos) e outra planejada para sociedades classistas, tais como as desenvolvidas por Bentham e James Mill.

obstinadas até hoje, a proposta de sistema político de Rousseau é, assim como a grega, absolutamente distinta da experimentada pelas nações modernas e contemporâneas. Conforme o autor, “since men cannot create new forces, but merely combine and control those which already exist, the only way in which they can preserve themselves is by uniting their separate powers in a combination strong enough to overcome any resistance” (ROUSSEAU, 1968, p.23). A união de todos os cidadãos levará, conforme Rousseau, a formação de uma comunidade em que o que prevalece não é a soma das vontades pessoais, mas o que ele denominou vontade geral. Essa vontade geral reflete, inequivocamente, o bem-comum.

Rousseau argumenta que “there is often a great difference between the will of all [what all individuals want] and the general will; the general will studies only the common interest while the will of all studies private interest, and is indeed no more than the sum of individual desires” (1968, p.140) A vontade geral é a abdicação dos interesses privados em prol do bem-comum e não a soma do bem de todos os indivíduos. Joseph Schumpeter (1976, p.250) ressalta a importância e, em termos gerais, define a teoria clássica da democracia, representada pela concepção rousseauiana:

the eighteenth-century philosophy of democracy may be couched in the following definition: the democratic method is that institutional arrangement for arriving at political decisions which realizes the common good by making the people itself decide issues through the election of individuals who are to assemble in order to carry out its will.

Para Shapiro (2006), a influência da concepção de vontade geral e bem-comum

de Rousseau ultrapassa o século XVIII e estaria presente atualmente nas teorias normativas, divididas pelo autor entre deliberativas e agregativistas, que possuem como pressuposto que a “democracy should be geared toward arriving at some notion of the general will that reflects the common good. This is Rousseau’s formulation of the problem as set forth in *The Social Contract*” (SHAPIRO, 2006, p.2-3).

Além disso, já se encontra em Rousseau um traço fundamental que acompanha a democracia moderna, assim como a atual. O filósofo afirma que a propriedade privada é um direito do homem, pois, “todo homem tem naturalmente direito a tudo quanto necessita”, desde que, “não se ocupe nele (o terreno privado) senão a extensão necessária para subsistir”, além disso, “é necessário que se tome posse dele, não mediante uma vã cerimônia senão pelo trabalho e cultivo único indício de propriedade” (ROUSSEAU, 1948 p.55). Rousseau não considera a propriedade como um direito natural. Para o filósofo a propriedade privada é a origem das desigualdades entre os homens, contudo, diante da vida em sociedade, a propriedade se torna fundamentalmente uma necessidade. Uma necessidade que deve ser compartilhada entre todos para que não haja desigualdade entre os homens (ROUSSEAU, 1971).

A concepção rousseuniana também difere do que compreendemos como prática da democracia. Não apenas por Rousseau tratar de uma noção normativa de democracia deliberativa, mas porque, segundo o filósofo, o respeito a decisões que agregam uma grande variedade de pequenas diferenças de opinião sempre produzirá o bem-comum, do que o autor conclui que,

if groups, sectional associations are formed at the expense of the larger association, the will of each of these groups will become general in relation to its own members and private in relation to the state; we might then say that there are no longer as many votes as there are men but only as many votes as there are groups (...) when one of these groups becomes so large that it can outweigh the rest, the result is no longer the sum of many small differences, but one great divisive difference, then there ceases to be a general will, and the opinion which prevails is no more than a private opinion” (ROUSSEAU, 1968, p.162).

Outra importante diferença está na compreensão de que uma sociedade verdadeiramente democrática, uma sociedade governada pela vontade geral, exige a igualdade em que “nenhum cidadão será jamais bastante rico para comprar outro, e ninguém será bastante pobre de modo a ser obrigado a vender-se” (ROUSSEAU, 1948, p.59). Conforme o filósofo, em uma sociedade desigual, “as leis são sempre úteis àquele que possui e danosa àqueles que nada têm, do que se segue que o estado social é vantajoso aos homens apenas quando todos eles tenham alguma coisa e ninguém tenha demasiado” (ROUSSEAU, 1948, p.57). Para Rousseau, essa igualdade política somente pode ser conquistada quando a propriedade privada – origem das desigualdades – for igualmente distribuída (ROUSSEAU, 1971).

Para Rousseau, ao contrário da experiência grega, a heterogeneidade de opiniões é um elemento vital para a democracia. O único nivelador é a igualdade de propriedade privada, que leva à igualdade entre os homens e garante a capacidade de trabalho e sobrevivência. A partir desse ponto, possuindo a mesma base em comum, cada um tem capacidade de

abdicar de seus interesses privados e encontrar aqueles que conformam o bem comum.

Essas mesmas preocupações estarão presentes, ainda que de outra forma, nos escritos daqueles que ficaram conhecidos como os pais fundadores da democracia estadunidense. O que os torna essenciais no estudo da democracia é o fato deles estarem à frente de uma situação bastante especial e única na história. Eles estavam ocupados em construir um modelo concreto, viável e inédito de democracia, baseados na realidade americana, na experiência histórica dos Estados Unidos, nos seus interesses de grupo, na necessidade de união dos estados e nos valores culturais que carregavam (especialmente, puritanos). Mas, eles também estavam preocupados em assegurar o que acreditavam ser uma vida coletiva próxima ao bem-comum. Nesse sentido, eles não se ocuparam em pensar a democracia enquanto sistema ideal, mas enquanto um sistema viável baseado em direitos naturais. Surge então uma perspectiva prática do pensamento sobre a democracia, que conjugou teorias normativas e análises empíricas, preocupados que estavam com a viabilidade do modelo que iriam implementar.

1.2. A práxis democrática nas reflexões definidoras da Constituição Americana

Dentre os pais fundadores da constituição americana, James Madison é considerado o mais importante. Ele é o responsável por escrever a maior parte dos *Federalist Papers*, publicação conjunta com Alexander Hamilton e John Jay, que expressa algumas das idéias fundacionais da Constituição Americana.

Conforme Robert Dahl, a teoria democrática madisoniana “constitui um

esforço para se chegar a uma acomodação entre o poder das maiorias e o das minorias, entre a igualdade política de todos os cidadãos adultos, por um lado, e o desejo de lhes limitar a soberania, por outro” (DAHL, 1989a, p.13). Dahl analisa o que ele chama de democracia madisoniana, com o intuito de “descobrir os fundamentos lógicos básicos do sistema político americano” (1989a, p.14). O autor está ciente de que as idéias de Madison, expressas nos *Federalist Papers* e na Convenção Constitucional, não são exatamente voltadas para a teorização, mas para o convencimento dos homens do seu tempo. O pensamento de Madison, porém, molda o que se entende por democracia nos Estados Unidos e por isso, como afirma Dahl (1989a), segue sendo fundamental compreendê-lo e criticá-lo.

A principal preocupação de Madison era impedir a possível legitimação de um governo tirânico. Por tirania, conforme Dahl (1989a), se entende a privação dos direitos naturais. Na democracia a tirania pode ocorrer, como afirma Madison, quando uma maioria impõe privações à minoria ou quando uma minoria o faz contra uma maioria. O meio para isso ocorrer seria a formação de facções⁴. Madison afirma que “by a faction, I understand a number of citizens, whether amounting to a majority or minority of the whole, who are united and actuated by some common impulse of passion, or of interest, adverse to the rights of other citizens, or to the permanent and aggregate interests of the community” (MADISON, *Federalist Papers* 10)⁵.

⁴ É relevante destacar que não existe diferença entre facção e partido, pois tanto os Federalistas quanto os anti-Federalistas usavam ambos os termos para designar a mesma idéia (FAIRFIELD, 1966).

⁵ Os *Federalist Papers* estão disponíveis em diversos sítios da internet. Todos os trechos aqui citados foram retirados de

Madison segue, afirmando que “there are two methods of curing the mischief of faction: the one, by removing its causes; the other, by controlling its effects”. Para ele, infelizmente, a remoção das causas que levam a formação das facções é impossível. Conforme o autor, é impossível porque existem apenas duas formas para acabar com as causas: “the one, by destroying the liberty which is essential to its existence; the other, by giving to every citizen the same opinions, the same passions, and the same interests” (MADISON, *Federalist Papers* 10). Ambas as opções são consideradas inviáveis devido à valorização da liberdade individual, fundamento que guia o seu pensamento e a prática da democracia, e devido às diferenças entre os homens, uma das características naturais da sociedade. Conforme Madison,

as the reason of man continues fallible, and he is at liberty to exercise it, different opinions will be formed. As long as the connection subsists between his reason and his self-love, his opinions and his passions will have a reciprocal influence on each other; and the former will be objects to which the latter will attach themselves. The diversity in the faculties of men, from which the rights of property originate, is not less an insuperable obstacle to a uniformity of interests. The protection of these faculties is the first object of government. From the protection of different and unequal faculties of acquiring property, the possession of different degrees and kinds of property immediately results; and from the influence of these on the sentiments and views of the respective proprietors, ensues a division of the society into different interests and parties. (MADISON, *Federalist Papers* 10).

Há, portanto, uma relação intrincada entre o direito natural inalienável e o funcionamento e organização de facções. Por um lado, a formação de facções leva a posturas tirânicas, já que elas fazem valer a vontade de um grupo em prejuízo de outro. Por outro lado, é impossível impedir a sua formação, já que, conforme Madison, se trata de algo resultante da própria natureza do homem. Devido a isso, Madison defende que a única maneira de lidar com os problemas advindos da formação de facções é limitar os efeitos da sua existência. Para tanto, ele deposita sua confiança na república.

Conforme Madison, “if a faction consists of less than a majority, relief is supplied by the republican principle, which enables the majority to defeat its sinister views by regular vote” (MADISON, *Federalist Papers* 10). Segundo Shapiro, por outro lado, “fear of tyranny by majority factions led Madison and the Federalists to devise a political system composed of multiple vetoes in order to make majority political action difficult” (SHAPIRO, 2007, p.12). Essas diversas instâncias de veto são a forma encontrada para submeter as propostas à diversidade de opiniões e às minorias, que devem, portanto, existir e serem representadas.

Nesse sentido, a concepção madisoniana modifica a teoria clássica da democracia, tal qual Rousseau definiu. Para o filósofo suíço, a expressão da vontade geral se daria quando a diversidade de interesses individuais (que também deveria existir) fosse substituída pela busca do bem comum, o que seria possível se as desigualdades entre os indivíduos fossem minimizadas pela igualdade de propriedade privada. Madison avança em direção a uma solução concreta para o exercício da democracia, acreditando que as

http://thomas.loc.gov/home/histdox/fed_10.html e indicados apenas como “(MADISON, *Federalist Papers* 10)”.

desigualdades são, até certo ponto, inevitáveis e caracterizam os resultados da plenitude dos direitos naturais. Também considera, ao contrário de Rousseau, que não há como subtrair os interesses privados em prol do bem comum.

A questão fundamental que se coloca para o pensamento de Madison, portanto, é a noção de direito natural subjacente a sua defesa da democracia, que é uma noção também encontrada na Constituição Americana. Ao analisar os textos de Madison, Robert Dahl realiza a pergunta chave, “por que a tirania, da forma como ele a define é indesejável?” e, a conclusão é que “o sistema madisoniano explícito, não oferece resposta” (DAHL, 1989a, p.20). O autor salienta, porém, que na obra de Madison “os direitos naturais não são claramente especificados. Entre os contemporâneos de Madison, como também entre seus predecessores, não havia absolutamente acordo perfeito sobre que ‘direitos’ são ‘direitos naturais’ (DAHL, 1989a, p.15). Esse fato não é, de todo, impeditivo para a análise proposta. O objetivo não é sumarizar os direitos naturais, mas apenas focar naquele que mais se destaca como fundamento implícito das preocupações madisonianas.

Nesse sentido, uma resposta somente é encontrada ao se analisar os pressupostos da tese madisoniana. Segundo Shapiro, da série de direitos individuais que preocupavam Madison, o que mais se destaca, em termos de necessidade de garantia é o direito à propriedade privada (SHAPIRO, 2006, p.12). Macpherson destaca o mesmo ponto, ao afirmar que Madison insiste na defesa do “direito natural à propriedade desigual, que deve ser protegida contra as tendências niveladoras da democracia” (MACPHERSON, 1978, p.22). E, mesmo Dahl (2001), reconhece

essa característica do pensamento de Madison.

Para Hartz (1955), apesar da origem do liberalismo dos Estados Unidos remontar a vida nas colônias puritanas, “‘liberalism’ is an even vaguer term, clouded as it is by all sorts of modern social reform connotations, and even when one insists on using it in the classic Lockian sense, as I shall insist here, there are aspects of our original life in the Puritan colonies and the South which hardly fits its meaning” (HARTZ, 1955, p.8). Todavia, a compreensão lockiana se encaixa, em alguns aspectos, no pressuposto da defesa da propriedade privada como direito natural fundamental, presente no pensamento madisoniano. Madison reconhece, por um lado, a noção rousseuniana de desigualdade e seus efeitos políticos, mas, por outro lado, escolhe o direito natural à propriedade privada como superior ao direito de liberdade política.

Com base na discussão que envolveu a elaboração da Constituição norte-americana, Dahl (2001) destaca uma série de contradições entre os ideais republicanos que fundaram a democracia estadunidense e os “desvios desses ideais” que marcam a democracia existente no final do século XX. Uma dessas questões contraditórias é a discussão, realizada pelos pais fundadores, em torno da garantia da propriedade privada frente ao direito de voto de todos os cidadãos. A principal preocupação era preservar o direito à propriedade privada, ameaçado pelo voto livre universal, e não o voto livre universal. Como resultado desse objetivo o voto era restrito aos proprietários de terra.

Assim, a democracia americana não é somente uma “racionalização conveniente a todas as minorias que, temendo possíveis

privações por iniciativa de alguma maioria, exigem um sistema político que lhes dê oportunidade de vetar tais políticas” (DAHL, 1989a, p.35). Ela é também, dentre outras coisas, a forma política, encontrada pelos pais fundadores, para garantir o direito à propriedade privada. Não apenas por que os fundadores eram proprietários de terra bem-sucedidos (DAHL, 2001), mas devido influência do liberalismo puritano (HARTZ, 1955). Frente a ameaça niveladora da democracia, a Constituição Americana permitia aos Estados o voto qualificado por propriedade e pagamento de impostos, e, de fato, as restrições funcionaram no país inteiro por um longo período. Desta forma, a minoria de possuidores se tornava a maioria política e impedia a possibilidade do que eles consideravam ser a tirania da maioria, leis se sobrepondo ao direito natural à propriedade privada. Embora, isso seja uma forma indireta de evitar a formação de facções, o que contraria os pressupostos madisonianos. (DAHL, 2001).

Em resumo, os pais fundadores buscavam um modelo que impedisse a tirania, cuja forma são as facções, situação em que um indivíduo ou grupo (majoritário ou não) governa em benefício próprio e contrário a outro grupo ou indivíduo. Por ato tirânico, Madison entende o desrespeito aos direitos naturais. Apesar de não haver clareza sobre o que são os direitos naturais, está bem definido, no texto de Madison, o direito à propriedade privada desigual como direito fundamental. As facções põem em risco a propriedade privada e, dessa forma, seus efeitos devem ser evitados. Conforme Madison, as facções são inevitáveis devido ao resultado das habilidades individuais distintas, que levam, por sua vez, à propriedade privada desigual e, portanto, a opiniões diferentes. Além do mais, para

evitá-las ou se restringe a liberdade política ou se gera homogeneidade de opiniões. Como essas opções são consideradas impossíveis, é necessário criar meios para impedir que as facções ameacem o direito natural à propriedade privada. Para tanto, é desenvolvido o sistema democrático norte americano, contudo, em sua origem, a Constituição elimina a participação plena de todos, evitando, com isso a formação de facções.

1.3. Individualismo e propriedade privada: reflexões utilitaristas sobre a democracia

Embora a democracia estadunidense inaugure a ligação entre os valores liberais e democracia, de certa forma subvertendo a teoria clássica da democracia (MACPHERSON, 1978), e, ao mesmo tempo, marque o ressurgimento da democracia, a justificativa teórica e filosófica sobre o modelo de democracia representativa liberal somente será sistematizada algum tempo depois. Será com Jeremy Bentham, James Mill (J.Mill) e John Stuart Mill (J.S.Mill), nas primeiras décadas do século XIX, que os pressupostos teórico-normativos que expõem e legitimam o modelo liberal da democracia serão cunhados, com a formulação do que ficou conhecido como utilitarismo. Será nos ensaios “On Liberty” e “Considerations on Representative Government” que J.S.Mill “set out what is often considered the first systematic explication and defense of liberal democracy” (CUNNINGHAM, 2002, p.27).

As explicações apresentadas pelos utilitaristas se baseiam no que a teoria social denominou de individualismo metodológico, perspectiva que concebe o indivíduo como unidade central da análise dos fenômenos sociais. Segundo Macpherson (1978, p.29-30), “os conceitos

anteriores de democracia (...) rejeitavam a divisão em classes sociais, acreditando ou esperando que ela pudesse ser superada (...). A democracia liberal, pelo contrário, aceitava a divisão de classes, e elaborava-se sobre ela”. Assim, se os conceitos de democracia, até então, demandavam certa homogeneidade entre os homens, decorrente do acesso comum à propriedade (ou a sua inexistência), o pressuposto fundamental implícito na teoria democrática liberal é o direito à propriedade privada como um direito natural inalienável. A base do liberalismo, assim como do utilitarismo, é a centralidade do indivíduo, ou seja, “o indivíduo é essencialmente o proprietário de sua própria pessoa e de suas próprias capacidades, pelas quais não deve nada a sociedade” (MACPHERSON, 1979, p.275). Por isso os teóricos utilitaristas não se dedicam à análise das dificuldades da divisão por classe dentro da democracia. A sociedade não é formada por grupos ou classes, mas por indivíduos.

Os teóricos utilitaristas partiam do pressuposto de uma sociedade capitalista e das leis da economia política clássica, “esses postulados deram-lhes um modelo do homem (como maximizador de utilidades) e um modelo de sociedade (como conjunto de indivíduos com interesses conflitantes)” (MACPHERSON, 1978, p.30). A partir daí, segundo Macpherson (1978), formularam todo o seu sistema teórico. O valor da utilidade, princípio básico do sistema teórico utilitarista, é o cálculo do prazer proporcionado menos o sofrimento a que se é submetido. Bentham lista uma série de prazeres, muitos dos quais imateriais, contudo, ressalta que a base para a realização dos prazeres é material. Como o objetivo de todos os homens é maximizar a própria felicidade, o critério de bem social seria a maior felicidade do maior número de

pessoas.

J.Mill define, desta forma, as duas primeiras funções do governo, que são a segurança dos indivíduos contra as paixões dos outros indivíduos e a garantia das condições para o trabalho e subsistência dos homens. Segundo Bentham, a subsistência é função do indivíduo, já que “a necessidade armada com sofrimentos de todos os tipos, inclusive a própria morte, exigiu o trabalho, espicou a coragem, inspirou a previsão, desenvolveu todas as faculdades do homem” (BENTHAM, 1978, p.33). Ao indivíduo cabe, portanto, a responsabilidade por sua própria subsistência e ele deve ter a liberdade para realizar sua satisfação. Ao governo cabe proteger os homens enquanto eles trabalham, dando-lhes garantia dos frutos do seu trabalho. Assim, a defesa da propriedade privada é uma defesa da segurança dos frutos do trabalho e, portanto, da subsistência humana.

Uma vez que a força que impele os homens ao trabalho decorre da necessidade de viver, sendo, portanto, natural, “a fruição, companheira inseparável de toda necessidade satisfeita, constituía um inesgotável fundo de recompensas para aqueles que superassem obstáculos e satisfizessem o objetivo da natureza” (BENTHAM, 1978, p.33). Dito de outra forma, o direito à propriedade privada deveria ser protegido pelo governo por ser um sentido básico da vida. A busca por maximizar a felicidade proporcionada pelos bens conquistados não poderia ser barrada, pois, acompanha a busca do homem por maximizar sua satisfação individual.

Diante do pressuposto utilitarista da busca dos homens por maximizar a utilidade em prol de maior satisfação individual, J.Mill afirma que “that one human being will desire to render the

person and property of another subservient to his pleasures, notwithstanding the pain or loss of pleasure which it may occasion to that other individual, is the foundation of government” (J.MILL, 2007, p.40). Isso, pois, a maximização da felicidade depende de aumentar a quantidade de bens para obter maior felicidade e, principalmente, de reduzir o sofrimento para obtenção do bem. Como isso somente é possível transferindo-se os esforços para outrem, a maximização dos ganhos de um está diretamente ligada à perda de outrem.

Sem governo os homens viveriam, portanto, em uma situação de constante exploração dos mais fracos pelos mais capazes, que teriam cada vez mais para satisfazer suas necessidades, concentrando riquezas e levando inevitavelmente à total insegurança e desigualdade entre os homens. A saída para esse impasse lógico foi bastante engenhosa. Conforme os Bentham e J.Mill, o cálculo da utilidade deveria considerar o argumento dos ganhos decrescentes – expressos na formulação de uma lei universal, a Lei da Utilidade Decrescente. A lei afirma que aumentos sucessivos de riqueza acarretam menor satisfação. Concluíram, devido ao efeito gradual de decréscimo de satisfação, que somente a distribuição dos ganhos de forma mais equânime poderia garantir a maximização do prazer. A maximização do prazer ocorreria quando a maior parte da população compartilhasse das mesmas condições de acesso aos recursos para satisfazer suas necessidades.

Utilitaristas como J.S.Mill são tidos como igualitaristas, pois defendem que o estado deve garantir condições básicas de desenvolvimento iguais e evitar a decomposição da sociedade decorrente das diferenças individuais naturais. A defesa da democracia como melhor sistema político é

resultado do pressuposto da necessidade de distribuição dos recursos, baseada na característica fundamental do homem, a sua mentalidade individualista maximizadora de ganhos. A melhor forma de evitar conflito resultante desse fato seria a democracia representativa.

Bentham, J.Mill conceberam que a disputa por maximização era o fundamento da existência humana. A democracia era o sistema que permitia a disputa nesses mesmos termos e os resultados políticos seriam os mais próximos da natureza humana e da correta maximização da utilidade geral,

it is evident that the only government which can fully satisfy all the exigencies of the social state is one in which the whole people participate; that any participation, even in the smallest public function, is useful; that the participation should every where be as great as the general degree of improvement of the community will allow; and that nothing less can be ultimately desirable than the admission of all to a share in the sovereign power of the state. But since all can not, in a community exceeding a single small town, participate personally in any but some very minor portions of the public business, it follows that the ideal type of a perfect government must be representative. (J.S.MILL, 1962, p.256).

Quando J.S.Mill expressa a sua interpretação sobre o perigo da maioria oprimir as minorias e os direitos individuais, preocupação latente na discussão sobre a democracia liberal, a questão de fundo era como possibilitar o exercício da democracia sob um sistema liberal. Ele buscava apresentar uma conjugação entre um modelo político baseado no igualitarismo e um sistema de valores baseado no respeito aos direitos

individuais.

Seguindo a lógica liberal e o pressuposto individualista, os autores discorrem sobre os limites e abrangência da liberdade individual para se atingir os próprios desejos e a dimensão possível de interferência do governo, necessária perante a impossibilidade de total liberdade individual. A impossibilidade da plena liberdade individual, como foi dito, se apresenta, por exemplo, na eminente desintegração social devido ao direito a maximização da utilidade, realizável por meio da dominação dos resultados do trabalho de outrem. Diante dessa discussão, J.S.Mill conclui que “the only purpose for which power can be rightfully exercised over any member of a civilized community, against his will, is to prevent harm to others. His own good (...) is not a sufficient warrant” (J.S.MILL, 2003, p.14).

No longo dos anos, o movimento de idéias que fundou e ajudou a definir os ideais democráticos como são entendidos hoje possui um duplo caminho. O primeiro fundado na noção de igualitarismo, auto-determinação e bem comum (rousseauiano) e o segundo baseado na autonomia individual, na compreensão da sociedade regida pela disputa entre interesses de indivíduos e pelo bem comum como maximização geral ou soma dos interesses individuais. Em ambos, contudo, a democracia é considerada como a forma de governo mais adequada ao funcionamento do próprio homem, identificado como indivíduo proprietário.

A análise dos princípios de liberdade e igualdade, valores fundantes e legitimadores da democracia, revelam a centralidade do indivíduo na sociedade democrática ocidental moderna. Segundo Macpherson (1978) a liberdade defendida

na democracia liberal é caracterizada pelo individualismo possessivo. Para Dumont (2000), a noção de igualdade, que define a ideologia ocidental moderna, depende do entendimento do indivíduo como centro da sociedade. As versões teóricas que decorrem do desenvolvimento da Ciência Política, no século XX, portanto, permanecem influenciadas por essa concepção. Passa-se a buscar, também, uma descrição não-normativa, um conceito mínimo que expresse o que a democracia é, e não uma visão ideal de como ela deveria ser. Essa nova leitura tem em Joseph Schumpeter o seu principal proponente e em Robert Dahl o desenvolvedor mais reconhecido.

Apesar da compreensão sobre a impossibilidade de uma leitura isenta de valores ideais (SARTORI, 1994), Carole Pateman (1992) identifica a pretensão, entre os teóricos empíricos da democracia, em criar uma teoria completamente livre de normatividade e valores ideais. A teoria empírica, denominada pela autora como contemporânea, “é apresentada como ‘livre de valores’, como uma teoria descritiva”. Dentre esses teóricos, Pateman destaca a posição de Robert Dahl, que “de fato, rejeitou explicitamente a acusação de que ele havia, juntamente com outros teóricos, produzido uma nova teoria normativa” (PATEMAN, 1992, p.27). Segundo o cientista político estadunidense, a democracia é fundada pelas

liberdades liberais clássicas que são uma parte da definição de contestação pública e de participação: **oportunidades** de exercer oposição ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições em que candidatos de diferentes partidos disputam votos e depois das quais os

candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores etc. (DAHL, 2005, p.41, grifo meu).

Assim, além de se referir aos princípios liberais como fundadores da democracia, Dahl expõe os critérios ideais da Poliarquia que se espera encontrar nas democracias reais. Dentre os critérios, inclui oportunidade de contestação, mas o autor não realiza estudo empírico sobre sistemas que enfrentaram contestações mais profundas – distintas daquelas conhecidas em seu país e mais comuns na América Latina.

A realidade social latino-americana apresenta uma série de contradições frente ao ordenamento teórico liberal que fundamenta a democracia. A América Latina, apesar de ser considerada democrática, principalmente em termos procedimentais, possui demandas distintas daquelas que viviam os fundadores da Constituição Americana. Existem diferenças entre os valores culturais que lhes serviam de motivador, os perigos que eles desejavam evitar, o estágio das lutas sociais que eles presenciavam, o desenvolvimento do modelo econômico, entre tantos outros elementos.

2. Chile socialista e os limites da democracia liberal

Concorrendo pela coligação de partidos de esquerda *Unidad Popular* (UP), Salvador Allende, do Partido Socialista, apresenta um programa de governo denominado *via chilena ao socialismo*. O documento de divulgação das propostas apresentava o subtítulo *las cuarenta medidas fundamentales* e tinha como linhas básicas as seguintes ações: reajuste de salários, congelamento dos preços de

artigos de primeira necessidade, construção de casas populares, controle da inflação, estímulo à produção nacional, melhoria do serviço público de saúde, distribuição de leite às crianças, criação do sistema único de previdência social, aprofundamento da reforma agrária, nacionalização do cobre, salitre e carvão, estatização das indústrias de aço, cimento, telefônica e dos bancos.

O programa apresentou um conjunto de propostas cujo conteúdo, em termos gerais, versava sobre as condições de um melhor atendimento às camadas mais pobres da população, por meio de políticas redistributivas. Assim, possui trechos em que a transformação do sistema econômico, dentro dos marcos político-institucionais democráticos e fazendo-se valer dos limites legais definidos pela constituição chilena, é considerada necessária e possível.

Não é novidade que as propostas dirigidas ao plano econômico, especificamente à reorganização da propriedade privada foram determinantes do descontentamento de determinados setores da sociedade chilena. Esses grupos, aliados aos interesses dos Estados Unidos, conformaram o processo golpista que empossará o General Pinochet⁶.

2.1. Antecedentes da via democrática ao socialismo

Segundo o ministro dos minérios,

⁶ Os documentos oficiais (e reconhecidos pela Casa Branca) relativos à intervenção dos EUA no golpe contra Allende foram reclassificados em 1999. Muitos foram transformados, de “Top Secret” para “abertos” com censura de alguns trechos. Alguns desses documentos se encontram no endereço da internet:

<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB110/index.htm>. Outra fonte, mais completa, é a compilação comentada de Kornbluh, Peter, “The Pinochet File A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability” publicada em 2003.

Sergio Bitar, o presidente socialista era “un gran personaje de la historia chilena no por su gobierno, sino por toda su trayectoria. Allende fue ganando fuerzas porque él fue un gran líder que fue ganando voluntades a pesar de toda la oposición. Las cuatro elecciones, más todas sus elecciones senatoriales, porque fue uno de los pocos que ganaba allí y después se cambiaba a otro lugar y ganaba”. Após três tentativas eleitorais à presidência frustradas (1952, 1958 e 1964), a escolha de Allende para a candidatura de 1970, foi acompanhada pelo seu enfraquecimento dentro da UP, “en el congreso del partido socialista el gano la elección pero fueron mayoría las abstenciones (...) Era como resignarse a que no había otro, pero ya había cierto cansancio de otras generaciones más jóvenes que pugnaban, pero indiscutiblemente todas las encuestas mostraban que el único candidato con posibilidades de ganar y de aglutinar era Allende” afirma Anibal Palma, ministro da educação.

O desacordo entre as esquerdas que compunham a UP em relação a uma nova candidatura de Allende era resultado da disputa de duas perspectivas sobre a via que levaria ao socialismo; por um lado, a visão democrática e menos radical defendida por Allende, e por outro, uma visão mais radical, defendida por setores do Partido Socialista⁷, até certo ponto despreocupada com os possíveis riscos e com a provável violência que modificações bruscas ocasionariam. Nas palavras de Arturo Jirón, ex-ministro da Saúde, “la izquierda la

formaba el Partido Comunista, que era un partido muy poderoso (...), el Partido Socialista, el Partido Radical y algunas escisiones que se produjeron en el Partido Demócrata Cristiano, que fue la Izquierda Cristiana y el MAPU (...). Hubo algunos que se fueron a un extremo, que creyeron que los cambios podían hacerse en forma muy rápida y en contraposición a lo que pensaba el presidente de que los cambios tenían que ser más progresivos”⁸. Com a indicação de Allende, o resultado é um programa, como afirma Aníbal Palma, ministro da educação, “por sus medidas más bien pluralista amplio”. Pois, “Allende en todos sus discursos planteaba la tesis de socialismo, democracia y libertad”.

O surgimento de uma estrutura industrial forma uma base eleitoral suscetível ao conteúdo das propostas de Allende. Nesse sentido, o êxodo rural, que começa a ocorrer no final da década de 1940, em grande parte já se conformou no meio urbano, dando origem a uma camada de trabalhadores industriais que aceita bem o discurso de Allende, que os enquadra como a classe que governará o Chile⁹.

Para se compreender o conteúdo do programa, a ampla aceitação de determinadas medidas e as dificuldades de implementação de outras, deve-se relacionar as propostas e a conjuntura chilena. Um elemento fundamental é a vitória, nas eleições de 1964, do candidato da Democracia Cristã Eduardo Frei Montalva. Frei defendeu, em sua campanha, o slogan “*Revolución en libertad*” e elegeu-

⁷ Segundo Leyton e Salazar (2004, p.11) “por lo menos desde 1967 el MIR, como también lo había declarado en octubre de ese año el Partido Socialista de Chile, en su vigésimo segundo congreso nacional, consideraban que la violencia política debía ponerse al servicio de los sectores revolucionarios del país”.

⁸ Conforme Moulian (2006), o governo foi permeado pela discussão dessas duas linhas estratégicas, o que expressava a incerteza quanto a estratégia do governo e isso é considerado uma das variáveis que ajudam a se entender o golpe.

⁹ Conforme Bitar (1980), a economia chilena, em finais da década de 1960, é marcada pelo caráter secundário da agricultura frente aos demais setores.

se conquistando 56% dos votos. Durante o seu governo (1964-1970), iniciou a reforma agrária e realizou a *chilenización* do cobre.

Em 1970, contudo, o país ainda apresentava uma economia dependente das empresas estrangeiras, principalmente estadunidenses. A extração de minérios, principal fonte de capital para o Chile, cujo processo de nacionalização havia avançado no governo de Frei, ainda permanecia em grande parte nas mãos de multinacionais. As empresas passaram às mãos do governo, que possuiria 51% das ações; contudo, receberam inúmeras vantagens tributárias e alfandegárias. A inflação vinha atingindo índices crescentes, chegando à 34,9% em 1970. Porém, a *chilenización* surtiu efeito pelo superávit de 168 milhões de dólares em 1968, com o crescimento do produto interno bruto em 5%. Com isso, a dívida externa acabou diminuindo, em 1969, de 200 milhões de dólares para 91 milhões (BITAR, 1980).

A reforma agrária, por sua vez, respondia a um antigo problema do país. Nas primeiras décadas do século XX, o meio rural ainda mantinha uma estrutura tradicional de grandes latifúndios e exploração do trabalho campesino. A demanda pela reforma agrária será ouvida pelos partidos de esquerda, contudo, será atendida precariamente, como ocorreu durante o governo da Frente Popular, em 1938. Após, os dois governos seguintes optaram por incentivar a industrialização, aumentando o êxodo da mão-de-obra. Isso levou a uma crise da produção agrícola que, na década de 1950, se refletiu na necessidade de importar alimentos. Na década de 1960¹⁰, a pressão por reforma agrária ressurgiu tendo como base a Igreja

Católica que repartiu suas terras no que ficou conhecido como “*Alianza para el Progreso*”. Com a pressão pública, o governo de Jorge Alessandri (1958-1964) promulgou a primeira lei de reforma agrária do país, em 1962, que permitiu a redistribuição de terras estatais. No governo de Frei o processo se fortaleceu. Com o lema “*la tierra para el que la trabaja*”, o programa de reformas buscou modernizar o meio agrário através da redistribuição e sindicalização. Aproximadamente 1.400 instalações agrícolas foram apropriadas, correspondendo à cerca de 3,5 milhões de hectares. Foram organizados mais de 400 sindicatos com cerca de 100 mil trabalhadores.

A reforma agrária de Frei mantinha os grandes latifúndios e aumentou sua produtividade. Sader considera, contudo, que com a “sua ação o governo Frei contribuiu para acentuar a atividade social no campo” (1991, p.46), com a sindicalização, criação de cooperativas e com o avanço dos movimentos sociais. Por isso, a extrema-direita chilena passou a criticar o presidente, acusando-o de ter permitido a mobilização social necessária para o crescimento do comunismo. Assim, Frei recua nas reformas.

As propostas de Allende buscavam ampliar e aprofundar as medidas de Frei. O objetivo de Allende era ampliar políticas de nacionalização, como no caso da estatização dos setores produtivos, abrangendo não somente o cobre, mas outros setores da economia, além da intensificação da reforma agrária e a maior socialização das propriedades privadas (LEYTON, 2004).

A vitória da UP foi considerada uma das conquistas mais significativas da esquerda no mundo pelo seu caráter democrático e de respeito às instituições liberais. Por isso, como declara o ministro

¹⁰ Segundo Bitar (1980, p.33), “no setor agrícola, em 1965, 2% das propriedades englobavam 55,4% da superfície”.

do Interior, Hernán Del Canto Riquelme, “la elección ciudadana de los chilenos (...) era mucho más peligrosa que otras alternativas como la alternativa cubana”. Mas, por um lado, parte da esquerda estava descontente com os limites impostos ao processo de implementação do socialismo devido à perspectiva gradualista de Allende, e, por outro lado, a via democrática de transformação era preocupante para os interesses de parte das elites chilenas e dos Estados Unidos.

Arturo Jirón (Ministro da Saúde) afirma que, as “propuestas de la Unidad Popular eran muy parecidas a las propuestas de la Democracia Cristiana de Tomic¹¹, pero indudablemente que era más popular la propuesta de Allende. El iba a hacer una reforma agraria que se iba a incentivar lo que había empezado con Frei. Iba a haber un cambio en la redistribución del dinero, iba a haber cambios en la salud, la educación, en todo el mundo laboral. Y la derecha no quería cambios importantes”. O programa respeitava as instituições e se assemelhava ao programa da centro-esquerda. Mas, os membros da UP estavam cientes das dificuldades inerentes ao processo e para evitar os obstáculos constitucionais à implementação das transformações intentaram utilizar os dispositivos legais existentes: “se tuvo que recurrir muchas veces a leyes que venían de larga data, que daban ciertos resquicios, ciertas posibilidades de hacer algunas cosas. Que permitían que se pudieran llevar adelante ciertos planes, ciertos cambios que nosotros queríamos impulsar”, afirma Hernán Del Canto Riquelme. Assim, a continuidade e aprofundamento das políticas de esquerda executadas durante o governo de Frei mostra que Allende

considera o Chile um “país legalista, en cierto aspecto conservador, y todo cambio hacia el socialismo tenia que hacerse dentro del sistema legal. Porque si se salía del sistema legal los militares se le iban encima”, declarou o Ministro da Reforma Agrária, Jacques Chonchol.

2.2. A revolução com sabor de empanada e vinho tinto¹²

O programa de transformação econômica implementado pelo governo de Salvador Allende tinha três principais objetivos, a nacionalização do cobre, a reforma agrária e a ampliação dos modelos de propriedade, com a divisão em três tipos, as privadas, as mistas e as estatais.

a) Nacionalização do Cobre

As propostas relativas aos recursos minerais e, mais especificamente, ao cobre, tinham como objetivo intensificar certas medidas iniciadas por Frei. Para tanto, se busca a completa nacionalização das empresas mineradoras. Conforme Sérgio Bitar, ex-ministro dos minérios, “las grandes minas de cobre estaban en manos de compañías extranjeras, fundamentalmente norteamericanas. En el gobierno de Frei se chileno el cobre, o sea el Estado adquirió el 51 % del capital y el resto siguió en manos de los norteamericanos. En el gobierno de Allende se planteo la nacionalización total del cobre y eso se hizo por una ley del Congreso y una reforma constitucional que fue votada por todo el Congreso, inclusive por la derecha. Porque era una reivindicación que

¹¹ Radomiro Tomic, candidato da Democracia Cristiana em 1970.

¹² Segundo Aníbal Palma, a perspectiva da Unidad Popular para a implementação do socialismo no Chile era conhecida como “socialismo con sabor a empanada y vino tinto” uma analogia da singularidade da via chilena ao socialismo e os dois produtos típicos da gastronomia do país.

el cobre, que se decía que era el sueldo de Chile, el mayor recurso básico que tenía Chile como exportación, estuviera controlado por chilenos. Esa nacionalización se hizo también legalmente por una reforma de la ley y por una reforma constitucional. Y esa reforma constitucional fue aprobada por el 100% del Parlamento, inclusive los partidos de oposición. Era tal una bandera nacional de reivindicación que no tenían otra alternativa”. Desta forma, devido ao consenso nacional sobre a importância do cobre, foi possível realizar as modificações constitucionais necessárias à nacionalização desse recurso.

b) Reforma Agrária

Em relação à reforma agrária, porém, o pleno apoio do congresso para transformações constitucionais não ocorreu; por isso, a opção foi aplicar inteiramente as leis existentes. Segundo Chonchol, ministro da agricultura de Allende e um dos criadores da Lei de Reforma Agrária aprovada durante o governo de Frei, “se consideraba que esa ley era buena, pero que había que modificarle algunos aspectos. Pero las nuevas fuerzas políticas que apoyaban a Allende no tenían mayoría en el Congreso, y cualquier modificación legal tenía que tener mayoría en ahí. Por lo tanto, la decisión que se tomo fue aplicar la misma ley pero con mayor intensidad, más a fondo; y después si se daban las condiciones políticas se modificaría la ley (...) Entonces fue la continuación e intensificación de ese proceso de reforma agraria con la idea de terminar lo más pronto posible con el latifundio, aplicando una legislación que ya existía. Que había sido aprobada por una amplia mayoría, y a la cual se le hicieron pequeños ajustes, pero no a la legislación sino a la práctica”. O informante segue, afirmando que o objetivo era “terminar de

una vez por todas con el latifundio, y cuando existieran condiciones más favorables se podría ver si podría haber una modificación de la ley. Pero como esa condición no existía no se pensó en ningún momento en la modificación de la ley (...). La ley estipulaba que todo predio expropiado debería constituirse en un período transitorio de 3 a 5 años en lo que se llamaba un asentamiento. Y en ese asentamiento los beneficiarios principales eran aquellos jefes de familia permanentes que vivían dentro del predio. Lo que se llamaban los inquilinos. Y los demás no tenían posibilidad. Había gente que trabajaba en ese predio, pero eran externos como medieros, como parceros, o trabajadores sectarios. Y esa gente también quería la reforma agraria; entonces se hicieron modificaciones para tratar de incorporarla, una vez que el asentamiento estaba creado, al proceso de reforma agraria. Y lo mismo se busco a través de una cosa que se llamaba los centros de reforma agraria: expropiar varios predios conjuntos que estuvieran en condiciones de expropiación para poder operar sobre un paño de terreno más amplio y permitir una serie de economía de escalas o una cosa si. Pero esas cosas se hicieron administrativamente, no eran incompatibles con la ley”.

Em 1971, com um ano de governo, já haviam sido desapropriadas 1.379 propriedades, “um número de propriedades igual ao total das desapropriadas durante o governo anterior” (BITAR, 1980, p.95). Como resultado do programa de reforma agrária, a UP chegou a expropriar cerca de 4.400 instalações agrícolas, com mais de 6,4 milhões de hectares de terra (CHONCHOL, 2004).

c) Transformações na propriedade

privada

Conforme Aníbal Palma, o programa da UP para a estatização parcial das empresas privadas tratava de dividir os tipos de propriedade em “un área privada que seria respetada, un área mixta con participación del Estado y el sector privado, y un área estatal pero orientada a las empresas que condicionaban el desarrollo económico, de las empresas estratégicas que eran quienes condicionaban el desarrollo económico: trigo, cobre hierro, salitre. Una lucha básica en Chile, los bancos por el control financiero, entraban también otras grandes empresas monopólicas, eran noventa y tantas las empresas que podían ser afectadas por ese proceso. Y además que no se arrebataban sino que se pagaban, una expropiación para formar el área económica” Além disso, a estatização de empresas “afectaba a un grupo de empresas, que condicionaban el desarrollo económico porque tenían un carácter monopólico, o eran de carácter estratégico, por ejemplo electricidad, la energía, los teléfonos, comunicaciones (...)En el sector privado se mantenía la inmensa mayoría de las medianas y incluso grandes empresas pero que no reunían estas características, ni monopólicas, ni estratégicas, ni condicionaban el desarrollo económico pero que podían ser grandes, y un área mixta con participación de ambos sectores”. Esse processo incluía o sistema bancário que possuía altos níveis de concentração, embora o Banco do Estado tivesse uma fatia maior de depósitos e investimentos¹³. Em 1971, os bancos estrangeiros foram estatizados e o estado passou a ser acionista majoritário de 16 dos 23 bancos nacionais.

¹³ Em 1970, o Banco do Estado “canalizou 46,4% dos depósitos e 52% das aplicações totais do sistema bancário. Dos 26 bancos privados que distribuíam entre si o resto, três deles controlavam mais de 50% desse saldo” (BITAR, 1980, p.34).

Em quatro de novembro de 1971, Allende profere discurso de um ano de governo, no Estádio Nacional e apresenta os resultados até então:

controlamos el 90% de lo que fuera la banca privada; 16 bancos, los más poderosos, entre ellos el Español, el Sudamericano, el Crédito e Inversiones, el Banco de Chile, son hoy patrimonio de Chile y del pueblo. Más de 70 empresas monopólicas y estratégicas han sido expropiadas, intervenidas, requisadas o estatizadas. Somos dueños. Podemos decir: nuestro cobre, nuestro carbón, nuestro hierro, nuestro salitre, nuestro acero; las bases fundamentales de la economía pesada son hoy de Chile y los chilenos. Y hemos acentuado y profundizado el proceso de reforma agraria; 1.300 predios de gran extensión, 2.400.000 hectáreas han sido expropiadas. En ellas viven 16.000 familias, y hay cabida potencial para 10.000 más (ALLENDE, 1971).

O objetivo do programa era modificar a estrutura econômica, terminando com o poder do capital monopolista nacional e estrangeiro e com o latifúndio, para construir o socialismo chileno. A concepção de fundo era de substituir a burguesia no poder.

2.3. Avanzar sin transar e a redução das alternativas

Os resultados do primeiro ano de governo surpreenderam os membros da Unidad Popular. Crescimento do Produto Interno, melhoria de desempenho de todos os setores da economia, diminuição da taxa de desocupação imobiliária, redução do ritmo inflacionário, melhor distribuição de renda, aumento da remuneração dos trabalhadores. Esses resultados contrastavam a expectativa e o medo dos chilenos, que se expressou na economia

logo após a eleição de Allende, quando houve uma diminuição do consumo de bens supérfluos e a retenção de moeda. Apesar de bons resultados em alguns indicadores, e de grande parte das reformas sendo realizadas, a economia também apresentou resultados negativos. Consumo maior que a produção, déficit fiscal, redução das reservas internacionais e concentração privada do dinheiro (ALTAMIRANO, 1979).

Ainda em 1971, A UP conquista aproximadamente 50% dos votos nas eleições municipais. Isto significou um apoio popular acima do que havia conquistado Allende, com seus 36,6% dos votos para presidente. O governo adentra o segundo ano com um desempenho considerado bastante satisfatório e com projeções positivas.

As dificuldades, contudo, irão nascer dentro da própria UP. Parte da esquerda e principalmente parte dos trabalhadores passam a exigir a radicalização do processo. Grupos de trabalhadores tomam as fábricas por iniciativa própria e vão às ruas expressar suas demandas e pressionar o governo. Conforme Mireya Baltra, ministra do trabalho, “muchos casos fue sobrepasado el gobierno en la toma de predios agrícolas sin ninguna importancia de orden económico, y en la toma de pequeñas industrias sin ninguna importancia y que estaban fuera y que por el contrario violentaban al pie y a la letra el programa de la Unidad Popular”.

Uma vez que as propostas eram implementadas, duas alternativas foram cogitadas, ou se buscava o apoio da democracia cristã para aprovar no parlamento medidas que pudessem assegurar o que já se havia conquistado e, principalmente, manter o governo e a governabilidade; ou, se buscava avançar

sem negociações, opção que ficou conhecida pela expressão “avanzar sin transar”, cujo principal defensor era o secretário geral do Partido Socialista, Carlos Altamirano. Conforme Gómez e Salazar (2004, p.15-16) “el primero debía moverse en los tiempos de la política institucional y parlamentaria, mientras que los segundos lo hacían en el tiempo de la lucha social. La conjugación simultánea de ambas temporalidades no tuvo lugar” e foi causador de parte das crises de governabilidade. A opção escolhida por Allende foi a tentativa de aliança com a DC. Hernan Del Canto que além de ministro foi dirigente do Partido Socialista, afirma que,

la correlación de fuerzas entre el gobierno y la derecha no nos era favorable a nosotros. Pues no teníamos ni la mayoría en el Parlamento, ni en la Cámara de Diputados, ni en el Senado de la República, no teníamos la mayoría en la votación ciudadana, no teníamos la mayoría suficiente aunque habíamos aumentado notablemente. (...) No hubo condiciones ni en el interior de la Unidad Popular, y particularmente en el Partido Socialista, del cual yo era dirigente en ese periodo. Ni en la Democracia Cristiana porque también ahí había sectores tremendamente adversarios de un acuerdo con el gobierno del presidente Allende. A pesar de que el presidente Allende hizo un esfuerzo gigantesco para tratar de lograr un acuerdo entre la Unidad Popular y la Democracia Cristiana. En abril del '72 estuvimos a punto de llegar a ese acuerdo y en junio del '73 estuvimos de nuevo a punto de concretar ese acuerdo. Y todos estos acuerdos se bloqueaban porque no había la comprensión suficiente en las fuerzas de la izquierda, sobre todo en algunos sectores, y en la Democracia Cristiana, en los sectores más de derecha de esta que no querían este entendimiento. Por lo tanto trabajamos siempre con una correlación de fuerzas muy débil.

O mesmo entrevistado continua, afirmando que devido a isso não foi possível atingir “entendimientos que hubiesen permitido que el desarrollo político del país fuese más tranquilo y pudiéramos hacer estos cambios de manera más progresiva, más gradualmente y no tan radicales como pretendía el pueblo, o sectores del pueblo chileno, y también sectores de los partidos políticos”.

Para o entrevistado, dentro do “Partido Socialista había sectores que consideraban que llegar a un acuerdo con la Democracia Cristiana constituía una traición al proceso de cambio, al proceso revolucionario. Cosa con la cual muchos de nosotros no estábamos de acuerdo, porque nos parecía un disparate político creer que así se podía concebir la política, las maneras de conducir un país y el gobierno de un Estado. Y por su parte en la Democracia Cristiana algunos sectores de derecha decían que cualquier entendimiento con la Unidad Popular era un entendimiento con el comunismo y en consecuencia no estamos disponibles para un acuerdo con el comunismo”. Conforme Chonchol, que era a favor de una alianza com a DC, se buscou fazer “un acuerdo izquierda e Democracia Cristiana, lo que le hubiera dado una amplia mayoría en el Parlamento, lo que le hubiera permitido aprobar una serie de leyes. Pero eso indudablemente hubiera disminuido la radicalidad de las reformas que estaba llevando a cabo”.

Para Altamirano, porém, “leíamos en la prensa opositora a Allende frases como éstas: ‘Ya viene Yakarta’, ‘No hay mejor comunista que el comunista muerto’, ‘Junten rabia, chilenos’, etcétera, etcétera... Es en este contexto donde surge la frase ‘avanzar sin transar’. Originalmente, la idea era: ‘si hay posibilidad de transar y es positivo, transemos’. Pero no había en

Chile, al cabo de un año de gobierno popular, ánimo de nadie de transar. No lo había, por cierto, en la derecha. Tampoco en la Democracia Cristiana. La dirección del Partido Socialista tenía la certeza de que se transaba a diario, en tanto la oposición acusaba al gobierno de no transar nada ‘por la pertinacia socialista’. El hecho era que se estaba transando y que eso no mejoraba nuestra posición como gobierno con una oposición a ultranza” (1992).

No segundo ano de governo, a conjuntura econômica irá se modificar drasticamente, como afirma Chonchol:

en el primer año del gobierno de Allende el consumo de toda la gente aumento mucho. Pero el gobierno pudo enfrentarlo porque tenía recursos en divisas y aumento las importaciones de bienes de consumo, y al mismo tiempo la producción nacional había aumentado. Entonces en ese primer año hubo una situación bastante favorable, aumentaron los ingresos, aumento el consumo, etc. Pero ya a partir del segundo año la situación se hizo más complicada, porque empezaron por ejemplo en agricultura hubo un mal año agrícola, muchas lluvias por lo que se perdieron muchas cosechas. Y cuando se quería recuperar eso en las siembras posteriores que venían en la primavera se produjo la famosa huelga de los camioneros que bloqueo, impidió la transferencia de semillas, fertilizantes, etc. Entonces hubo una baja en la producción que no fue compensada por importaciones, porque el gobierno no tenía más recursos. Entonces se creo un clima de especulaciones. Además cuando se sentía que había escasez la gente que tenía más dinero compraba más de lo que necesitaba, entonces se agudizaba la escasez. Se produjeron una serie de desajustes en el sistema financiero, en el sistema económico que entonces agravaron la situación de inestabilidad y crearon la situación de ingobernabilidad. No había escasez de una serie de productos y la gente que

tenia dinero no solamente compraba lo que necesitaba sino que compraba más, acumulaba. Entonces eso agudizaba la escasez, eso es un fenómeno de especulación típica de cuando hay dificultades económicas.

Por outro lado, os resultados das eleições municipais levam ao acirramento da disputa política. Chonchol afirma que, “el gobierno de Allende fue elegido con el 36 o 37% de los votos, y en la primera elección general que hubo después el gobierno sacó el 46 o 47 % de los votos, que fue la municipal. Entonces aumentó su caudal electoral, y eso seguramente a mucha gente que estaba contra le hizo ver que el sistema electoral no era algo que permitía detener la acción del gobierno”.

Como resposta à crise econômica e política, uma parte da população vai às ruas para manifestar sua contrariedade ao governo e outra para defendê-lo. Os opositores têm auxílio dos Estados Unidos, que financia as atividades da direita e insere sua política de caça à esquerda nos meios de comunicação¹⁴. Segundo Baltra, “en Chile esa intervención frente al desarrollo de este proceso se dio antes de que Allende fuera presidente. Y se desarrolló en nuestro país una campaña sostenida en la manipulación del miedo social y hacer que las masas

¹⁴ Há a produção de uma guerra ideológica no Chile. Conforme Mireya Baltra, a direita distribuiu “millones de afiches: Un sacerdote pidiendo clemencia y un guerrillero cubano apuntándole con un fusil; la Moneda rodeada de tanques soviéticos; las niñas arrancadas de los brazos de sus familias para llevarlas o a Cuba o a la Unión Soviética. Si tú miras ahora esto, y si queremos ir al fondo del análisis esa situación de la manipulación del miedo, y posteriormente la entronización de la dictadura en nuestro país tiene que ver con esta parte para mí fundamental de los reciclajes que se permite Estados Unidos, su agencia, su poder económico y militar frente a la incertidumbre también para ellos de perder parte importante en el aporte de su propia forma de vida.

sintieran inseguridad e incertidumbre de ganar un gobierno con estas características de cambios estructurales frente al mundo socialista en ese entonces la Unión Soviética y frente a Cuba. En Chile, y esto te lo dije con mucha seguridad porque yo fui diputado y me tocó participar en una investigación que realizó la Cámara de Diputados frente a las acciones directas y encubiertas de la CIA en Chile y frente a la campaña del terror”¹⁵.

Para Chonchol, “la oposición nació realmente del conjunto de reformas que estaba haciendo el gobierno de Allende que afectaban al sistema bancario, al sistema industrial, a las compañías extranjeras que dominaban el cobre, etc., más la reforma agraria”.

Destá forma, parte da esquerda tencionava para a via mais radical e confrontava a direita que, por sua vez, tencionava para a destituição do governo. A participação política da sociedade, por meio de greves, do grupo fascista "patria y libertad" e dos militantes da esquerda recriava nas ruas o conflito ideológico que marcava as instituições democráticas.

Nem direita, nem esquerda tinham força política suficiente para realizar plenamente o seu intento. A esquerda não conseguia atingir o número suficiente de votos para aprovar projetos de lei e a direita, por sua vez, não conseguia destituir Allende, já que, como afirma Hernán Del Canto, “en la elección parlamentaria de marzo del año 73 alcanzamos casi el 44% de los votos. Y la derecha no pudo conseguir la mayoría que necesitaba en el

¹⁵ Segundo Goicovic (2004), desde a reforma agrária de Frei, o campo vivia uma disputa violenta, resultado da campanha ideológica da direita. Proprietários de terras se armam para impedir ocupações de terra e chegam a matar militantes de esquerda.

Parlamento para desde ahí derrumbar al presidente Allende de manera constitucional”. A aliança entre UP e DC se tornou impossível e restou apenas *avanzar sin transar*.

2.4. O golpe de estado contra Allende e a relação com o desempenho do governo

Segundo as palavras de Mireya Baltra, “cuando se llega al poder por una vía determinada electoral en este caso pacífica, la ampliación de las fuerzas en el poder tiene que ser mayor”. A ampliação do apoio se tornou impossível, pois, conforme Andrés Aylwin, deputado da Democracia Cristã durante o governo da UP, havia duas perspectivas que caracterizavam a oposição dentro da DC,

algunos eran contrarios al socialismo en sí, a las grandes transformaciones sociales. Entonces de por sí estaban en contra de la Unidad Popular y de Salvador Allende. Sencillamente porque no eran marxistas, no eran comunistas, no eran socialistas, y no querían cambios profundos en la sociedad. Habíamos otros que teníamos fe en que era posible hacer cambios importantes dentro de la democracia, entonces mirábamos con cierto recelo, desconfianza, temor de que en el gobierno de Salvador Allende en un momento determinado fueran a triunfar los sectores que no creían en la democracia.

A preocupação em relação ao possível rumo autoritário de Allende é respaldada na atuação dos grupos de esquerda mais radicais. Assim, surge outra distinção, “después de ese grupo cohesionado muy importante que era contrario al golpe, venía otro que era partidario del golpe especialmente en las bases, no tanto en la dirigencia”, afirma Aylwin.

Com o resultado das eleições parlamentares de 1973 e com a crescente violência na disputa entre direita e esquerda, Allende provavelmente solicitaria um plebiscito para decidir a aplicação de uma nova constituição, a proposta já havia sido apreciada pelos partidos que compunham a Unidad Popular¹⁶. O principal aspecto “era articular poder económico, relaciones de producción, planificación y descentralización del presupuesto. El Congreso bicameral comprendía la Cámara de Diputados, elegida por sufragio universal, y la Cámara de los Trabajadores. El origen del proceso legislativo quedaba residenciado en esta última. Solo los trabajadores eran electores para la Cámara Alta, por sufragio en primer grado” (GARCES, s/d, p.7).

Existem duas principais explicações para o golpe no Chile. A primeira, defendida por Moulian e Garretón (1983), é que o golpe é resultado da incapacidade da esquerda em firmar aliança com o centro, devido não somente à posição da Democracia Cristã, mas principalmente, ao conflito interno da UP. Essa situação levou a ingovernabilidade e, conseqüentemente, a quebra do sistema democrático. A outra explicação, trazida por Valenzuela (1988) e Linz (1990) é a incapacidade do centro de assumir o papel fundamental de impedir a polarização entre esquerda e direita que leva a posturas autoritárias (perspectiva baseada em Sartori, 1982). Ambas as perspectivas, portanto, consideram a não aproximação entre o centro e a esquerda, um papel fundamental, analisando os mecanismos democráticos e a incapacidade da UP em lidar com o fracionamento político e a

¹⁶ Ver, ALLENDE, Salvador. Un Estado Democrático y Soberano. Mi propuesta a los chilenos. Texto póstumo, s/d. Centro de Estudios Políticos Simón Bolívar e Fundación Presidente Allende (Espana).

radicalização da disputa pelo poder.

3. Os limites da democracia liberal no Chile socialista

A visão amplamente aceita pelas ciências sociais (pelo menos até meados da década de 1990), é que a democracia chilena era, desde a década de 1930 até o golpe de 1973, a mais estável e consolidada da região. De fato, o Chile possuía uma das mais duradouras democracias da região, porém, muitos teóricos passaram a contestar a qualidade da democracia chilena e a compreendê-la não apenas como uma estrutura institucional, mas por sua base sócio-econômica.

Para Salazar e Pinto (1999, p.13), embora alguns teóricos possam considerar que o Chile possua o “sistema estatal (...) más estable de América Latina y el que há logrado superar sus crisis com las soluciones más racionales y de mayor consenso”, há de se questionar, assim como Sartori, se, além de estabilidade, existia eficiência: “la estabilidad gubernamental indica mera duración; los gobiernos pueden tener larga vida y a la vez ser impotentes: su duración no constituye de manera alguna un indicador de eficiencia o eficacia” (SARTORI, 1992 apud: SALAZAR e PINTO, 1999, p.14).

Segundo Leyton (2004) a interpretação de que a democracia chilena era estável e pacífica é mítica e parcial, decorrente de uma literatura histórica surgida a partir da década de 50 e pouco questionada nas ciências sociais, pelo menos até meados da década de 1990, quando uma nova interpretação sobre a política e a história chilenas passou a ser realizada. Até essa revisão interpretativa, diversos autores (GIL, 1969; VALENZUELA, 1991; MAINWARING,

1999), afirmavam que a democracia chilena respeitava alguns dos critérios institucionais fundamentais, como “en primer lugar, la estabilidad, medida fundamentalmente por la longevidad y duración de sus gobiernos; segundo, su evolución pacífica, a lo largo de los siglos XIX y XX. El cambio político se llevó a cabo a través de las normas institucionales establecidas, la ‘violencia política’ era una situación de excepción; tercero, el consenso político ha sido el factor central para la continuidad de sistema” (LEYTON, 2004, p.15).

A nova leitura questiona quão pacífico foi o sistema (SALAZAR, 1990), quão estável (SALAZAR e PINTO, 1999; JOCELYN HOLT, 1997) e quais eram as condições sociais da democracia chilena (MOULIAN, 1994; LOVEMAN e LIRA, 1999). A principal conclusão desses autores é que a democracia chilena comportava um alto grau de exclusão social e política de setores importantes da sociedade, que tinham suas demandas reprimidas pelos grandes proprietários de terra. A política chilena e, portanto, a estabilidade da democracia, dependiam do poder dos grandes proprietários de terra que “a través de un pacto social de dominación lograron conservar, en primer lugar, la propiedad de sus grandes haciendas y, en segundo lugar, el control social y político de los campesinos” (LEYTON, 2004, p.17). Segundo Leyton (2004), o golpe foi resultado de uma crise da hegemonia desse setor da sociedade que viu o direito a propriedade privada ser reduzido e ameaçado. O autor afirma que, tanto a dita estabilidade democrática, no período de 1932 a 1958, quanto o golpe de 1973 estão ligados, por um lado pela proteção do direito natural à propriedade privada desigual e “por otro lado, con la cuestión agrária en su doble dimensión: la inclusión

de los sectores campesinos a la plena ciudadanía y la democratización de la propiedad agraria” (LEYTON, 2004, p.18). Por isso, segundo essa linha de argumentação, a relação entre propriedade privada e democracia é central para se entender o golpe de 1973. Além disso, esse autor considera que somente a partir de 1958, quando a questão agrária começou a ser tratada e novas forças sociais começaram a participar do jogo político, é que houve democracia no Chile. Neste período há a transição de um regime autoritário eleitoral, baseado na hegemonia dos latifundiários e na repressão de novas forças políticas, para uma democracia.

Desta forma, a vitória eleitoral da Unidad Popular se dá durante uma crise hegemônica, devido à organização política de novas ideologias e a incapacidade de manter a repressão dessas forças. Ocorria a transição para a modernidade, nos termos de Barrington Moore (1967). No Chile, as tensões do mundo moderno enfraqueceram as burocracias agrárias que não foram substituídas pela burguesia industrial, ainda politicamente fraca. Neste período, o investimento na industrialização enfraqueceu o poder rural e fortaleceu o poder urbano. O enfraquecimento do poder político dos latifundiários permitiu que ideologias até então suprimidas, surgissem no cenário político chileno. A literatura indica, inclusive, que neste período democrático que antecede a vitória de Allende, “the Chilean government and party system have moved to the left as a response to, or in association with, a shift in mass opinions to a more ideological content and a leftist orientation” (PROTHRO e CHAPARRO, 1976, p.68).

Frente à ameaça à propriedade privada, desencadeada pelas medidas da UP, ocorre a união entre os grandes

proprietários de terra e os industrialistas, que tentam, com auxílio dos Estados Unidos, formar um novo arranjo hegemônico. Segundo Valenzuela (1976, p.2),

from the very outset of his administration, important economic sectors such as industrialists, landowners, Professional associations, small shop-keepers and even some white- and blue-collar unions resisted attempts to curtail their vested interests. At times they act alone; at other times they acted in conjunction with parties of the Right and Center. Combined with U.S. economic retaliation and government mismanagement¹⁷, this opposition contributed to create a serious economic crisis.

Inicia-se a grande fórmula de ataque massivo ao governo de Allende por meio da disseminação de uma ideologia antiesquerda. Com isso, uma conciliação não-político institucional ocorreu. Os aparelhos ideológicos foram unificados contra a ameaça socialista. Igreja, escola, imprensa, entre outros, passaram a promover o clima de caos e preocupação (ARRATE, 2003). A Unidad Popular também investiu nessa disputa, principalmente por meio da valorização da cultura popular (ROJO, 2003). No meio político, entretanto, a democracia exigia uma conciliação com o centro, impossível para os objetivos da Unidad Popular. Os limites da democracia – no que se refere a sua abrangência ideológica (abertura e pluralismo) - se materializaram, ainda que de maneira embrionária e abrupta, provavelmente como resultado prático do início da recuperação da hegemonia pelos grupos de direita e centro.

¹⁷ Quando Valenzuela publicou este livro, o governo dos Estados Unidos ainda não havia reconhecido o seu real papel no golpe.

Um dos entrevistados, deputado pelo Partido por la Democracia Cristiana durante o governo de Allende, afirmou que a partir de um momento, iniciado em 1972, a disputa no legislativo era aparentemente irracional. Nem esquerda, nem direita, nem centro buscavam acordo, pois os empecilhos eram baseados em falsas concepções sobre os objetivos do adversário. Não havia, segundo o informante, estratégia ou orientação, no caso do PDC, para não realizar acordos ou aprovar medidas propostas por deputados e senadores da Unidad Popular. Segundo o entrevistado, “en el Congreso ya no se hablaba, lo único que se hacía era gritarse, lo único que se hacía era insultarse. Dejé de ser un lugar donde te encontrabas con gente y conversabas”. A restrição de conteúdos ideológicos passa a ocorrer de forma conflituosa dentro das instituições, o que leva, por um lado, à ingovernabilidade, e por outro, a uma nova situação de instabilidade e insegurança.

A instabilidade gerada pela disputa ideológica, promovida pelos setores nacionais e estrangeiros contrários à transformação da economia chilena, formou uma situação-limite. Por um lado, a esquerda propunha plebiscito ou a saída autoritária por meio da revolução, o primeiro preferido por Allende e a segunda pelas alas mais radicais do PS. Por outro lado, o arranjo econômico aceito por parte da direita se vinculava ao rompimento por meio de golpe. As três possibilidades incorrem em transformações da democracia liberal, seja o rompimento por revolução ou golpe, seja a implementação de espaços para participação dos trabalhadores com reais poderes decisórios.

Nesse sentido, as análises sobre o golpe que consideram a qualidade da democracia chilena (consolidada ou não) e a

capacidade da esquerda ou do centro em lidar com o jogo democrático em uma sociedade conflituosa são insuficientes para entender a ligação entre a democracia e a noção de propriedade privada, base fundacional da dimensão liberal da democracia. Dito de outra forma, se o conflito se estabeleceu foi porque o conteúdo das transformações era incompatível com os instrumentos democráticos e não apenas porque os interesses do centro e da direita eram incompatíveis com os da esquerda. A democracia liberal não comportaria as transformações.

Considerações Finais

Pode-se considerar que o golpe de 11 de Setembro de 1973 foi um evento histórico, resultado de um conjunto de condições mundiais que afetaram a América Latina durante a última metade do século XX de forma comum. Mesmo assim, a derrota da democracia apresentou como resultado, o realinhamento ideológico do Chile aos rumos da região e a supressão das possibilidades de implementação ou de defesa de perspectivas mais radicais da esquerda marxista.

Enquanto persistiu, a democracia chilena, contudo, não foi o modelo ideologicamente pluralista (ideal), tampouco comportou as disputas que refletiam o momento histórico singular, como supostamente deveria fazer. A ampliação da participação das massas e a insurgência de novas demandas econômicas se reverteram em um recrudescimento da disputa institucional que impediu o prosseguimento do governo democrático.

No Chile democrático, e talvez somente lá, a insurgência de uma terceira força organizada e politicamente orientada

em nome de transformações que destoavam dos princípios político-econômicos liberais pôs à prova as possibilidades da democracia em lidar com propostas de transformação profunda. Nesse sentido, destaca-se que as propostas da UP não consideravam o direito à propriedade privada e os princípios de liberdade e igualdade liberais como naturais e questionavam as injustiças sociais decorrentes da desigualdade de propriedade privada. A democracia liberal, fundada e legitimada sob esses mesmos princípios, não se conformou como um instrumento pluralista e aberto à disputa ideológica.

A relação entre as regras democráticas, especialmente a abertura e o pluralismo que compõem sua dimensão ideal, e as demandas por reformulação de princípios liberais, especialmente aqueles atrelados à dimensão econômica, pode ser considerada tensa e conflitiva. Em termos gerais, é possível – à luz do caso chileno – indicar a necessidade de ampliar a agenda de pesquisas em torno da relação entre democracia e capitalismo, especialmente no que tange os mecanismos democráticos que podem restringir a abertura do modelo político à questões econômicas.

Referencias Bibliográficas

ALLENDE, Salvador. **Primer Año del Gobierno Popular**. Disponível em: <http://www.salvador-allende.cl/Discursos/1971/PrimerAniversario.pdf>. Acessado em fevereiro de 2008. Santiago do Chile: portal Salvador Allende, 1971.

ALTAMIRANO, Carlos. Yo no creo que el socialismo haya muerto. Entrevista. Disponível em: http://www.archivochile.com/Izquierda_chilena/ps/sobre/ICHsobreps0011.pdf, 1992.

ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota: Chile – 1970/1973**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ARRATE, Jorge. **Protagonistas y Encrucijadas de la Unidad Popular**. In: BAÑO, Rodrigo (org). *Unidad Popular: 30 años despues*. Santiago: Universidad de Chile, 2003.

BENTHAM, Jeremy. **John Stuart Mill Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. São Paulo? Victor Civita, 1978.

BITAR, Sergio. **Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise: pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força**. Brasília: Edunb, 1994.

CHONCHOL, Jacques. **La Reforma Agraria en América Latina**. América Latina: Revista del doctorado en procesos sociales y políticos en América Latina. n.4. sd. Santiago do Chile: Editorial ARCIS, 2004.

CUNNINGHAM, Frank. **Theories of democracy: A critical introduction**. New York: Routledge, 2002.

Dahl, Robert. **How Democratic is the American Constitution?**. Yale University Press, 2001.

_____. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989a.

_____. **Democracy and Its Critics**. Yale University Press, 1989b.

_____. **On Democracy**. Yale University

Press, 1998.

_____. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 2005.

DUMONT, Louis. **Homo Aequalis**: gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: EDUSC, 2000.

FAIRFIELD, Roy P.. **Alexander Hamilton, James Madison, and John Jay, the Federalist Papers**: A Collection of Essays Written in Support of the Constitution of the United States. Garden City: Anchor, 1966

GARCES, Joan. Prólogo. In: ALLENDE, Salvador. **Un estado democrático y soberano**: Mi propuesta a los chilenos. Fundación Presidente Allende, sd.

GERMANI, Gino. **Democracia representativa e clases populares**. In: GERMANI, Gino; DI TELLA, Torcuato; IANNI, Octávio. **Populismo y contradicciones de clase em latinoamérica**. México: Serie Popular Era, 1977.

GIL, Federico. **El Sistema Político de Chile**, Santiago: Andrés Bello, 1969.

GOMÉZ, Juan Carlos; SALAZAR, Mauro. **Estudio Preliminar**: La Unidad Popular, el Golpe y el nuevo orden capitalista. América Latina: Revista del doctorado en procesos sociales y políticos en América Latina. n.4. sd. Santiago do Chile: Editorial ARCIS, 2004.

HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America**: an interpretation of American Political thought since the revolution. New York: Hartcourt, Brace & World, 1955.

HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de

Janeiro: Zahar, 1992.

IANNI, Octávio. **Populismo y contradicciones de clase em latinoamérica**. México: Serie Popular Era, 1977.

MILL, James. **Political Writings** (Cambridge Texts in the History of Political Thought). Cambridge University Press, 2007.

MILL, John Stuart. **Considerations On Representative Government**. Chicago: Regnery, 1962.

_____. **On Liberty and Other Essays**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

JOCELYN HOLT, Alfredo. **El Peso de la Noche**. Nuestra Frágil Fortaleza Histórica. Buenos Aires: Ariel, 1997.

KORNBLUH, Peter. **The Pinochet File: a declassified dossier on atrocity and accountability**. New York: The New Press, 2004

LEYTON, Juan Carlos Gómez. **La Frontera de la democracia**: el derecho de propiedad en Chile 1925-1973. Santiago: LOM, 2004

LINZ, Juan J.. **La Quiebra de las Democracias**. Cidade do México: Alianza Editorial Mexicana/CONACUL, 1990.

LOVEMAN, Brian; LIRA, Elizabeth. **Las suaves cenizas del Olvido**. Vía chilena de reconciliación política 1814-1932. Santiago: LOM/DIBAM, 1999.

MACPHERSON, C.B.. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

_____. **A Teoria Política do Individualismo Possessivo: de Hobbes a Locke.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MADISON, James; et al. Federalist Papers 10. Disponível em: http://thomas.loc.gov/home/histdox/fed_10.html. Acessado em: Janeiro de 2008.

MAINWARING, Scott. **La durabilidad de la democracia en América Latina, 1940-1998.** In: Política y Gobierno. Vol. VI, n2. Mexico: CIDE, 1999

MOORE, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia.** São Paulo: Martins Fontes, 1967

MOULIAN, Tomas. **Chile Actual: anatomia de un mito.** Santiago do Chile: LOM editores, 1994.

_____; GARRETÓN, Manuel. **La Unidad Popular y el conflicto político en Chile.** Santiago: Editorial Minga, 1983

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PROTHRO, James W.; CHAPARRO, Patrício E.. **Public Opinion and the movement of chilean government to the left, 1952-72.** In: VALENZUELA, Arturo; VALENZUELA, J. Samuel. Chile: Politics and Society. New Jersey: Transaction Books; Rutgers University, 1976.

ROJO, Grínor. **Apunte sobre la Cultura en los Tiempos de la Unidad Popular.** In: BAÑO, Rodrigo (org). Unidad Popular: 30 años despues. Santiago: Universidad de Chile, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da**

desigualdade entre os homens. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1971

_____. **O Contrato Social (Princípios de Direito Político).** Rio de Janeiro: Brasil Editoras, 1948.

_____. **The essential Rousseau: The social contract, Discourse on the origin of inequality, Discourse on the arts and sciences, The creed of a Savoyard priest.** New York : New American Library, 1968.

SADER, Emir. **Chile (1818 – 1990) Da independência à redemocratização.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

SALAZAR, Gabriel. **Lo social (popular) y lo político (nacional) en Chile: crisis del modo clientelista de articulación?** In: BARRERA, Manuel: Movimientos Sociales y Política: El desafío de la democracia en América Latina. Santiago: CES/CLACSO, 1990.

_____; PINTO, Julio. **História Contemporânea de Chile I: Estado, legitimidad, ciudadanía.** Santiago de Chile: LOM, 1999.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada. 1. O debate contemporâneo.** São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Partidos e Sistemas Partidários.** Brasília: UnB, 1982.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy.** London: Allen and Unwin, 1976.

SARTORI, 1992 apud: SALAZAR e PINTO, 1999, p.14

SHAPIRO, Ian. **The State of Democratic Theory**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

VALENZUELA, Arturo. **El quiebre de la democracia en Chile**. Santiago: FLACSO/Chile, 1988.

_____. **Political constraints to the establishment of socialism in Chile**. In: VALENZUELA, Arturo; VALENZUELA, J. Samuel. *Chile: Politics and Society*. New Jersey: Transaction Books; Rutgers University, 1976.

_____. **The Breakdown of Democratic Regimes** (edited by Juan J. Linz and Alfred Stepan): Chile. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978